



Delta 2 Energia S.A.

Demonstrações financeiras de 2020

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	8
3. GESTÃO DE RISCOS	10
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	13
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	13
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	14
7. INVESTIMENTOS	14
8. IMOBILIZADO	15
9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS.....	16
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	18
11. FORNECEDORES.....	20
12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	20
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES.....	20
14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	21
15. PARTES RELACIONADAS	21
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23
18. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS	24
19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS.....	24
20. RESULTADO FINANCEIRO	24
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	26

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	345	1.826	21.579	26.677
Clientes	5	-	-	37.415	42.766
Dividendos a receber	6	4.072	2.268	-	-
Outros créditos	6	625	1.597	4.436	5.056
		5.042	5.691	63.430	74.499
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	-	12.499	14.272
Clientes		-	-	713	448
Outros créditos	6	-	-	-	122
		-	-	13.212	14.842
Investimentos	7	147.779	146.738	-	-
Imobilizado	8	-	-	353.640	370.656
Intangível	9	-	-	13.782	14.891
		147.779	146.738	367.422	385.547
		147.779	146.738	380.634	400.389
Total do ativo		152.821	152.429	444.064	474.888
Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Circulante					
Fornecedores	12	53	1	5.981	24.963
Empréstimos e financiamentos	11	2.464	2.344	17.252	15.523
Obrigações trabalhistas e tributárias		-	-	2.284	3.478
Passivos de arrendamentos	15	-	-	1.319	1.292
Outras obrigações	13	613	1.286	10.787	10.520
		3.138	3.631	37.623	55.776
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	28.916	29.787	268.599	284.515
Fornecedores	12	-	-	2.494	842
Passivos de arrendamentos	15	-	-	13.247	13.211
IRPJ e CSLL diferidos passivos	14	-	-	1.243	1.450
Outras obrigações	13	-	-	91	83
		28.916	29.787	285.674	300.101
Total do passivo		32.054	33.418	323.297	355.877
Patrimônio líquido					
Capital social	16	90.656	90.656	90.656	90.656
Reservas de capital		876	876	876	876
Reservas de lucros		29.235	27.479	29.235	27.479
Total do patrimônio líquido		120.767	119.011	120.767	119.011
Total do passivo e do patrimônio líquido		152.821	152.429	444.064	474.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	18	-	-	72.946	98.009
Custos da operação, conservação e compras	19	-	-	(40.251)	(59.626)
Lucro bruto		-	-	32.695	38.383
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	20	(89)	(130)	(2.268)	(2.806)
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.006)	-	(949)	434
Resultado de equivalência patrimonial	7	7.560	8.926	-	-
		6.495	8.796	(3.217)	(2.372)
Resultado operacional		6.495	8.796	29.478	36.011
Receitas financeiras	21	27	42	635	1.628
Despesas financeiras	21	(4.188)	(3.699)	(25.441)	(29.348)
		(4.161)	(3.657)	(24.806)	(27.720)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.304	5.139	4.672	8.291
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.368)	(3.152)
Lucro líquido do exercício		2.304	5.139	2.304	5.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.304	5.139	2.304	5.139
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	2.304	5.139	2.304	5.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Estatutária e de investimentos	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2019	90.656	876	1.402	22.159	-	115.093
Transações com acionistas						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.139	5.139
Reserva legal	-	-	257	-	(257)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.221)	(1.221)
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	3.661	(3.661)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	90.656	876	1.659	25.820	-	119.011
Transações com acionistas						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.304	2.304
Reserva legal	-	-	115	-	(115)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(548)	(548)
Reserva de lucro estatutária e investimento	-	-	-	1.641	(1.641)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90.656	876	1.774	27.461	-	120.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.304	5.139	4.672	8.291
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	18.522	18.183
Resultado de equivalência patrimonial	(7.560)	(8.926)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, e arrendamentos	3.935	3.708	23.049	26.317
Receita financeira de aplicações financeiras	-	-	(611)	(1.630)
Outros	71	(801)	101	(992)
	(1.250)	(880)	45.733	50.169
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	5.086	(13.479)
Outros créditos	972	470	742	2.826
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	52	(4)	(17.330)	13.670
Arrendamentos	-	-	-	14.503
Obrigações trabalhistas e tributárias	8	-	(1.401)	823
Outras contas a pagar	9	55	957	4.159
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(209)	(359)	33.787	72.671
Dividendos recebidos	-	6.090	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(2.635)	(2.635)	(20.556)	(24.237)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.368)	(3.152)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(2.844)	3.096)	10.863	45.282
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(397)	(15.974)
Aplicações financeiras	-	-	2.384	6.796
Redução de capital em controladas	4.715	4.757	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	4.715	4.757	1.987	(9.178)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal – empréstimos e financiamentos	(2.122)	(2.122)	(15.427)	(13.313)
Dividendos pagos	(1.230)	(4.645)	(1.230)	(4.645)
Arrendamentos pagos	-	-	(1.291)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(3.352)	(6.767)	(17.948)	(17.958)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.481)	1.086	(5.098)	18.146
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.826	740	26.677	8.531
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	345	1.826	21.579	26.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Delta 2 Energia S.A. (“Delta 2”, “Controladora” e “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, na Avenida Juscelino Kubistchek, no. 1830, 6º. Andar, conjunto 62. A Delta 2 é uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração 1 S.A. (“OE&I”). Em 12 de maio de 2017 a OE&I passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. (“Omega”), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega.

Fundada em 2011, a Companhia detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Delta 2 e suas controladas diretas operam 3 empreendimentos, denominados complexo Delta 2 (“UGC Delta 2”), com capacidade total instalada para geração de 74,8 MW¹ de energia renovável, localizados nos estados do Piauí. A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Delta 2 opera parques eólicos e gerencia suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulado;
- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças;

Efeito do Novo Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”) e não foi observado até a data da apresentação destas Demonstrações financeiras nenhum impacto relevante em suas atividades, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos dessa pandemia. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos financeiros.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM.

¹ Informação não auditada.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado, quando aplicável.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 25 de março de 2021, data em que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Omega é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

Nome	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2020	2019
Porto do Delta Energia S.A. ("Porto do Delta")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca I Energia S.A. ("Testa Branca I")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%
Testa Branca III Energia S.A. ("Testa Branca III")	Piauí	Geração de energia eólica – UGC Delta 2	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado – vida útil e taxas de depreciação
10	Teste de <i>impairment</i> de ativos não financeiros

3. GESTÃO DE RISCOS

A Delta 2 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Delta 2, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e funding.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- Riscos operacionais: relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, desvios de geração de energia, pessoas e processos internos;
- Riscos climáticos: relacionados a estimativas de aflúências e ventos nas sub-regiões climáticas onde estão localizados os ativos;
- Riscos de mercado: relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- Risco de crédito: relacionado aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- Risco de liquidez: relacionado ao não cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área

de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um sistema de gestão integrado (“ERP”) – *Enterprise Resource Planning*) que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Omega e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas. As variações de geração são equalizadas anualmente quando a geração acumulada estiver acima ou abaixo dessas bandas e são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Delta 2 comercializa energia no ACR e no ACL. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da desconstrução de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (spot ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia, por meio de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes. Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação da carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Delta 2 busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito na data base da demonstração financeira, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.579	26.677
Clientes	5	37.415	42.766
Caixa restrito	4	12.499	14.272
Total		71.493	83.715

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Delta 2 não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 11.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$33 milhões. A Companhia acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nosso auditor independente.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Bancos	135	173	7.055	10.939
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	210	1.653	14.524	16.578
Caixa e equivalentes de caixa	345	1.826	21.579	27.517
Aplicações financeiras - Caixa restrito	-	-	12.499	14.272
Total	345	1.826	34.078	41.789

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 11.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e representam os valores a receber pela venda de energia efetuada pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A política contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 20.

	Consolidado	
	2020	2019
Consumidores livres e distribuidoras	32.594	39.138
MCP - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	4.790	3.628
Excedente CCEAR	713	448
Outros	31	-
Total	38.128	43.214
Apresentados no ativo:		
Circulante	37.415	42.272
Não circulante	713	448

Contas a receber regulado (distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Consumidores livres: representados por contas a receber de comercializadoras relativas à energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2020 e 2019, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	216	1.188	1.050	2.571
PIS/COFINS	-	-	690	482
Adiantamento a fornecedores	-	-	686	810
Partes relacionadas (Nota 16)	409	409	1.427	897
Despesas a apropriar	-	-	583	-
Outros	-	-	-	418
Total	625	1.597	4.436	5.178
Apresentados no ativo:				
Circulante	625	1.597	4.436	5.056
Não circulante	-	-	-	122

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 15.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Movimentação dos investimentos

	Controlado ra			
	Testa Branca I	Testa Branca III	Porto do Delta	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.042	42.062	47.593	144.697
Resultado de equivalência patrimonial	4.557	3.138	1.231	8.926
Aumento de capital em controladas	(1.341)	(1.517)	(1.899)	(4.757)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.082)	(745)	(301)	(2.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	57.182	42.950	46.606	146.738
Resultado de equivalência patrimonial	2.600	3.777	1.183	7.560
Dividendos mínimos obrigatórios	(617)	(897)	(290)	(1.804)
Redução de capital em controladas	(1.330)	(1.504)	(1.881)	(4.715)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.835	44.326	45.618	147.779

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrita na Nota 10.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

Ao determinar o valor da provisão de descomissionamento, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a remoção de todo parque eólico e a época esperada dos referidos custos.

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros
Saldos em 31 de dezembro de 2019	364.156	4.910	634	956
Adições	300	5	29	96
Depreciação	(17.246)	(196)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	347.209	4.718	663	1.049
Custo histórico	381.996	5.110	663	1.054
Depreciação acumulada	(34.786)	(391)	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	347.209	4.718	663	1.049

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Projetos em andamento	Outros
Saldos em 31 de dezembro de 2018	380.922	5.068	-	953
Adições	839	37	634	5
Depreciação	(17.540)	(195)	-	(2)
Baixas	(65)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	364.156	4.910	634	956
Custo histórico	381.696	5.105	634	958
Depreciação acumulada	(17.540)	(195)	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	364.156	4.910	634	956

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Companhia adquire empresas com projetos já concluídos de forma que não há capitalização de juros ao ativo imobilizado após o início de operação dos ativos.

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia.

Na Nota 11 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2020 são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	4,1%
Edificações	3,7%
Outros	6,3%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de

impairment é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua UGC, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos hídricos e eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia possui apenas uma UGC, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis e a sua margem operacional:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020				
UGC	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem operacional
Delta 2	353.640	13.782	367.422	40%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional positiva. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessas UGCs para auferir os seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração de cada empreendimento, bem como taxa de desconto entre 3,18% e 3,89% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros de cada UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização de suas UGCs. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida nas UGCs.

A Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* em 31 de dezembro de 2020.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

10.1 Composição do saldo

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	Total 2019
Contratos BNDES	14.817	13.208	240.002	255.077	254.819	268.285
Debêntures	2.538	2.418	29.270	30.211	31.808	32.629
Custo de transação	(103)	(103)	(673)	(773)	(776)	(876)
Total	17.252	15.523	268.599	284.515	285.851	300.038

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
						2020	2019
Delta 2	BNDES	Janeiro/2033	mensal	TJLP + 2,27%	Fiança bancária parcial, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	254.819	268.285
Delta 2	Debêntures	Dezembro/2026	semestral	IPCA + 7,38%	Fiança bancária parcial, conta reserva, compartilhamento garantias BNDES	31.808	32.629
						286.627	300.914

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2020 era de 6,5 anos e 7,82 % a.a.

10.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

Controladora	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.131
Pagamento de principal	(2.122)
Encargos financeiros pagos	(2.635)
Encargos financeiros provisionados	3.935
Amortização de custo de transação	71
Saldos em 31 de dezembro de 2020	31.380
Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	300.038
Pagamento de principal	(15.427)
Encargos financeiros pagos	(20.556)
Encargos financeiros provisionados	21.695
Amortização de custo de transação	101
Saldos em 31 de dezembro de 2020	285.851

10.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida consolidadas são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2021	16.460	30.140	46.600
2022	18.831	30.805	49.636
2023 a 2025	70.508	88.284	158.792
2026 a 2028	67.742	43.375	111.117
2029 a 2031	78.384	16.159	94.543
2032 a 2033	33.513	1.399	34.912
	<u>285.438</u>	<u>210.162</u>	<u>495.600</u>

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, bem como estimativa futura de taxas TJLP, inflação e dos juros contratuais.

10.4 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um Project Finance, incluindo: contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

10.5 Covenants Financeiros

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses covenants pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os covenants exigidos em 31 de dezembro de 2020 do grupo por UGC:

	ICSD	Índice financeiro
UGC Delta 2	≥ 1,25	N.A.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e as UGCs encontravam-se integralmente adimplente em relação aos seus respectivos covenants. O cálculo do atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	ICSD – BNDES 2020	ICSD - Debênture 2020
Geração de caixa das atividades (a)	46.460	45.632
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	4.672	4.672
(+) resultado financeiro	24.806	24.806
(+) depreciações e amortizações	18.522	18.522
(+) IRPJ e CSLL apurados	(2.368)	(2.368)
(+) investimentos realizados (Nota 8)	(397)	N/A
(+) distribuição de capital devida (Nota 16.2)	(548)	N/A
(+) resgate de contas de reservas de serviço de dívida e O&M (*)	1.773	N/A
Serviço da dívida (b)	35.983	35.983
Amortização de principal	15.427	15.427
Pagamento de juros	20.556	20.556
ICSD auferido (a)/(b)	1,29	1,27

(*) Variação da rubrica “Caixa restrito” classificada no Ativo não circulante.

11. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecedores O&M e serviços gerais	854	325
Compra de energia	5.127	25.480
Contas a pagar ACR	2.494	-
	8.475	25.805
Apresentados no ativo:		
Circulante	5.981	24.963
Não circulante	2.494	842

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos do parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas da UGC, de acordo com a estratégia de sazonalização.

Contas a pagar ACR: o saldo a pagar decorre do mecanismo de ajuste da contabilização CCEE, conforme descrito na Nota 8.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

Saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são apresentados a seguir

	Consolidado	
	2020	2019
Obrigações tributárias		
IRPJ e CSLL a recolher	33	830
Impostos a pagar	2.100	2.623
Tributos retidos sobre terceiros	151	25
	2.284	3.478

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dividendos (Nota 16)	547	2.931	547	1.230
Partes relacionadas (Nota 16)	63	3.530	9.520	8.600
Serviços	3	12	89	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	243
Provisões diversas	-	-	722	530
	613	6.473	10.878	10.603
Apresentados no passivo:				
Circulante	613	6.473	10.787	10.520
Não circulante	-	-	91	83

14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política contábil

A Companhia arrenda terras nos parques eólicos e vincula o arrendamento a um percentual sobre as receitas decorrentes da geração de energia dos empreendimentos. Esses contratos possuem vigência semelhante aos prazos de autorização governamental para operação dos parques, geralmente 35 anos.

Todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado.

Os saldos dos passivos de arrendamento da Companhia, organizados por UGC, são apresentados a seguir:

			2020
UGC	% Arrendamento sobre geração	Término	Passivos de arrendamentos
Delta 2	1,80	2043	14.566
Total			14.566
Apresentados no passivo:			
Circulante			1.319
Não circulante			13.247
Total			14.566

A taxa de desconto para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento para UGC Gargaú é de 9,70%.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.503
Juros incorridos sobre o passivo	1.354
Pagamento de arrendamentos	(1.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.566

15. PARTES RELACIONADAS

15.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

15.1.1 Controladora

	2020			2019		
	Ativo Outros créditos	Dividendos a pagar	Passivo Outras obrigações	Ativo Outros créditos	Dividendos a pagar	Passivo Outras obrigações
Omega	-	-	(58)	-	-	(48)
OE&I	-	(547)	(5)	-	(1.230)	(5)
UGC Delta 2	-	-	-	-	-	(1)
UGC Delta 5	409	-	-	409	-	-
	409	(547)	(63)	409	(1.230)	(54)

15.1.2 Consolidado

	2020					2019				
	Ativo		Passivo			Ativo		Passivo		
	Clientes	Outros créditos	Outras obrigações	Fornecedores	Dividendos a pagar	Clientes	Outros créditos	Fornecedores	Outras obrigações	Dividendos a pagar
Omega	-	451	(2.624)	-	-	-	28	-	(1.389)	-
OE&I	-	-	-	-	(547)	-	-	-	(860)	(1.230)
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-
UGC Assuruá	-	13	(13)	-	-	-	-	-	(11)	-
UGC Delta 1	78	494	(412)	(16)	-	78	416	(16)	(291)	-
UGC Delta 2	-	-	(860)	-	-	-	-	-	-	-
UGC Delta 3	-	3	(5.275)	-	-	-	3	-	(5.270)	-
UGC Delta 5	-	409	(1)	-	-	-	409	-	(1)	-
UGC Gargau	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)	-
UGC Indaiás	295	-	(1)	-	-	295	-	-	(1)	-
UGC Serra das Agulhas	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-
Grupo Omega	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento	-	8	(85)	-	-	-	33	-	(73)	-
Comercializadora	21.678	48	(248)	(4.296)	-	30.585	8	(24.568)	(6960)	-
	22.051	1.427	(9.520)	(4.312)	(547)	30.958	897	(24.584)	(8.600)	(1.230)

15.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

15.2.1 Controladora

Não tivemos receitas ou despesas intercompanhia afetando a controladora nos exercícios de 2019 e 2018.

15.2.2 Consolidado

	2020	2019
	Administrativas, pessoal e gerais	Administrativas, pessoal e gerais
Corporativo	(1.443)	(1.437)
Grupo Omega Desenvolvimento	(68)	(10)
Comercializadora	(49)	(56)
UGC Delta 1	-	11
UGC Assuruá	(4)	-
Total	(1.564)	(1.472)

	2020			2019		
	Receita operacional líquida	Administrativas, pessoal e gerais	Custo da operação, conversação e compras	Receita operacional líquida	Administrativas, pessoal e gerais	Custo da operação, conversação e compras
Omega	-	1.581	(9)	-	(2.123)	-
OE&I	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca S.A.	-	-	1	-	-	(1)
UGC Assuruá	-	8	(5)	-	-	(11)
UGC Delta 1	-	11	(149)	-	7	(286)
UGC Delta 2	-	-	-	-	-	-
UGC Delta 3	-	-	(4)	-	-	(4)
UGC Delta 5	-	-	-	-	(1)	-
UGC Gargau	-	-	-	-	-	(1)
UGC Indaiás	-	-	-	-	-	(1)
UGC Serra das Agulhas	-	-	-	-	-	(4)
Grupo Omega Desenvolvimento	-	53	(7)	-	-	-
Comercializadora	11.347	161	(7.922)	22.416	(151)	(16.692)
	11.347	1.814	(8.096)	22.416	(2.268)	(17.000)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sob a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

16.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$90.656, representado por 134.285.590 ações ordinárias e 6.040.350 ações preferenciais. As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Omega Geração 1 S.A.

16.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2020 é a seguinte:

Destinação de lucros	2020	2019
Resultado do exercício	2.304	5.139
(-) Reserva legal 5%	(115)	(257)
(=) Lucro líquido ajustado	2.189	4.882
Destinação dos resultados		
(-) Dividendos obrigatórios – 25%	(548)	(1.221)
Constituição de reserva estatutária para investimentos	1.641	3.661

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Consolidado			
	2020		2019	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Vendas no ACL	9.368	52.309	53.656	291.221
Vendas ACR	51.237	334.085	21.118	89.510
Contabilização CCEE	2.875	-	4.301	-
Partes relacionadas	11.347	29.313	22.416	118.494
Impostos	(1.881)	-	(3.482)	-
	72.946	415.706	98.009	499.226

18. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2020	2019
Compra de energia	(11.309)	(32.613)
Depreciação e amortização	(18.509)	(18.115)
O&M	(7.605)	(5.816)
Encargos regulatórios	(2.379)	(2.631)
Crédito de Pis e Cofins sobre custos	(449)	(451)
	(40.251)	(59.626)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Consolidado	
	2020	2019
Despesas de pessoal	(1.886)	(2.292)
Depreciação e amortização	(13)	(68)
Serviços de consultoria e auditoria	(235)	(133)
Publicações e propaganda	(79)	-
Outras	(55)	(313)
	(2.268)	(2.806)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	29	44	611	1.630
Outras receitas	-	-	26	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2)	(2)	(2)	(2)
	27	42	635	1.628
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.935)	(3.689)	(21.695)	(26.317)
Custo de transação	(71)	(71)	(100)	(100)
Comissão sobre fiança	(132)	(242)	(1.323)	(2.103)
Juros sobre arrendamentos operacionais	-	-	(1.354)	(890)
Outras receitas (despesas)	(50)	(303)	(967)	62
	(4.188)	(3.699)	(25.441)	(29.348)
Resultado financeiro líquido	(4.161)	(3.657)	(24.806)	(27.720)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Omega transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia,

reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para esses ativos.

21.1 Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis financeiras:

	2020	2019	Consolidado Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	21.579	25.677	A
Aplicações financeiras - Caixa restrito	12.499	14.272	A
Clientes	37.415	43.214	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	285.851	300.038	A
Fornecedores	5.981	25.805	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Delta 2 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delta 2 Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Delta 2 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2021



Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1